ATA Nº 99

Aos vinte e quatro dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis, no Pavilhão Unidade Vimaranense, sito no Complexo Desportivo do Vitória Sport Clube, na cidade de Guimarães, reuniram em Assembleia Geral Ordinária os associados do Vitória Sport Clube, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um - Leitura e aprovação da ata da assembleia geral realizada no dia 24-10-2025.

Ponto dois - Apresentação do orçamento anual do Clube para o exercício do ano associativo 2026/2027 elaborado pela Direção.

Ponto três - Leitura do parecer do Conselho Fiscal sobre o orçamento apresentado pela Direção.

Ponto quatro - Discussão e votação do orçamento anual do Clube para o exercício do ano associativo 2026/2027.

Ponto cinco - 30 minutos para discussão de outros assuntos com interesse para o Clube.

Presidiu à sessão o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Luís Filipe de Almeida e Silva, tendo como Vice-Presidente Cláudia Moura da Silva e como secretários Nuno Xavier Ribeiro e Francisco André de Magalhães.

Dado que à hora prevista na primeira convocatória, 20:00 horas, não estava presente a maioria do número de associados efetivos que permitisse à Assembleia deliberar, a Assembleia Geral funcionou em segunda convocação, com início às 21:00 horas.

Assim, às 21:00 horas, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral declarou aberta a sessão, desejou um bom mandato aos novos Órgãos Sociais para o bem do Vitória Sport Clube e, seguidamente, procedeu à leitura dos diversos pontos da ordem de trabalhos.

Ato contínuo, passou à abordagem do ponto um da ordem de trabalhos - *Leitura e aprovação da ata da assembleia geral realizada no dia 24-10-2025* -, tendo colocado à votação a dispensa da leitura da referida ata da Assembleia Geral ordinária realizada em 24 de outubro de 2025,

considerando ter sido esse o procedimento habitual nas Assembleias Gerais do Clube, o que foi aprovado por maioria dos associados presentes.

Logo após, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral colocou à votação a aprovação da ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 24 de outubro de 2025, tendo a mesma sido aprovada por maioria dos associados presentes.

De seguida, já no que diz respeito ao ponto dois da ordem de trabalhos - *Apresentação do orçamento anual do Clube para o exercício do ano associativo 2026/2027 elaborado pela Direção* -, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral concedeu a palavra à Direção, tendo o Presidente da Direção, Rui Rodrigues, transmitido que o referido orçamento iria ser apresentado pelo Controller Financeiro do Clube, Dr. Tiago Francisco.

Tomou então a palavra o Dr. Tiago Francisco, que cumprimentou os presentes e explicou que o orçamento anual apenas se reportava ao Clube, pelo que não tinha dados relativos à SAD, e dizia respeito ao período compreendido entre 1 de julho de 2026 e 30 de junho de 2027. Contextualizou as condições em que o orçamento foi elaborado, particularmente durante uma transição institucional, referiu ter-se dado prioridade à continuidade da atividade e à manutenção dos investimentos de acordo com a previsão realizada para o fecho da época desportiva 2025/2026, e realçou que os pressupostos relacionados com as receitas foram construídos com mais prudência.

Ato contínuo, procedeu à apresentação do orçamento.

Concluída essa apresentação, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral avançou para o ponto três da ordem de trabalhos - *Leitura do parecer do Conselho Fiscal sobre o orçamento apresentado pela Direção* -, tendo então concedido a palavra ao Senhor Secretário do Conselho Fiscal, João Paulo Ribeiro, que, em substituição do Presidente deste Órgão, Rui Castro Dias, procedeu à leitura integral do referido parecer e informou os presentes que esse Órgão Social havia deliberado por unanimidade emitir parecer positivo à aprovação do orçamento anual do Clube para o exercício do ano associativo 2026/2027, propondo à Assembleia Geral a sua aprovação.

Passou-se então ao ponto quatro da ordem de trabalhos - *Discussão e votação do orçamento anual do Clube para o exercício do ano associativo 2026/2027* -, tendo o Presidente da Mesa da Assembleia Geral informado que estavam abertas as inscrições aos associados para se pronunciarem sobre o referido orçamento.

Para o efeito, inscreveram-se os senhores Sérgio Cunha, associado n.º 13272, Filipe Emanuel Lança S. Abreu, associado n.º 4679, Joel Ricardo Lopes Ferreira, associado n.º 10378, Paulo Roberto Oliveira Peixoto, associado n.º 3092 e Viriato Manuel Dassa Sampaio, associado n.º 1994.

Seguidamente, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a palavra ao associado Sérgio Cunha que, no uso da mesma, começou por cumprimentar todos os presentes e desejou felicidades à Direção pelo novo mandato. Explicou que a sua intervenção se prenderia com a informação sobre o orçamento e que votou contra a aprovação da ata por considerar que existe uma manifesta falta de informação no site do Clube. Referiu que, durante a campanha eleitoral, a atual Direção havia prometido adotar vários procedimentos a nível de aproximação e informação aos sócios, mas verifica-se que os mesmos têm muitas dificuldades em ter acesso aos documentos, ata e orçamento, relacionados com os pontos um, dois e três da ordem de trabalhos, pois apenas os puderam consultar fisicamente ou no site do Clube, através de um link que não está em destaque e que deveria estar mais visível.

Terminada a sua intervenção, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral concedeu a palavra ao associado Filipe Emanuel Lança S. Abreu. No uso da mesma, cumprimentou os presentes e salientou que a sua intervenção não seria nenhuma crítica à atual Direção, mas apenas um conselho. Aludiu à redução de trezentos mil euros nos gastos operacionais e questionou se isso demonstrava prudência considerando o volume global do orçamento apresentado. Concluiu que tal não era prudente e que se podia melhorar. Mais questionou o Conselho Fiscal se, atendendo ao seu acesso ao Orçamento em momento prévio, não poderia ter corrigido o lapso constante do mesmo, e se tal não revelaria falta de profissionalismo. Ainda, dirigindo-se diretamente ao

Presidente da Direção, mencionou que, enquanto o mesmo foi Vice-Presidente, revelou que a sua preocupação era a parte financeira do Clube, mas apresentou um orçamento com um lapso e uma prudência de trezentos mil euros, sugerindo que fosse coerente no seu discurso.

De seguida, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral concedeu a palavra à Direção, para que respondesse às intervenções e questões colocadas pelos associados, de forma a facilitar a condução dos trabalhos. Tomou a palavra o Presidente da Direção, Rui Rodrigues, que começou por cumprimentar os presentes e, dirigindo-se ao associado Sérgio Cunha, explicou que o orçamento foi apresentado à semelhança dos anos anteriores e que, efetivamente, é um ponto a rever, nomeadamente quanto à forma como a informação deve ser partilhada com os associados. Seguidamente, dirigiu-se ao associado Filipe Abreu e, no que diz respeito à rubrica "*Outros*" do orçamento, referiu não ter existido qualquer lapso, embora a informação pudesse estar mais explícita. Quanto à rubrica "*gastos operacionais*", referiu que a Direção procurou ter mais prudência comparativamente ao orçamento apresentado no ano anterior e que irá existir um controlo mensal mais efetivo dos gastos, uma contabilidade analítica, limites de despesa e prestação de contas de todas as modalidades, com métricas de controlo mais apertadas, diferentes das anteriormente praticadas.

Finda a intervenção do Presidente da Direção, Rui Rodrigues, foi pedida a palavra pelo Secretário do Conselho Fiscal, João Paulo Ribeiro, que, no uso da mesma, referiu não ter existido qualquer lapso no orçamento, mas apenas poderia ter ficado evidenciado um esclarecimento adicional no documento. Revelou ter sido solicitado à Direção pelo Conselho Fiscal que, em sede de Assembleia, se procurasse esclarecer os números de forma cabal, tendo concluído que a apresentação do Dr. Tiago Francisco foi realizada com propósito e de forma esclarecedora, e que o Conselho Fiscal cumpriu com os seus deveres.

Terminados os esclarecimentos, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral concedeu a palavra ao associado Joel Ricardo Lopes Ferreira, que cumprimentou os presentes, congratulou a Direção e desejou-lhe sorte. Mencionou o facto de, no parecer do Conselho Fiscal, constar o valor de cerca

de dois milhões para as modalidades, mas, no orçamento apresentado, constar o valor de um milhão e setecentos mil euros, tendo questionado qual o valor correto. Mais mencionou o facto de o Clube ter, atualmente, uma dívida em relação à SAD, tendo questionado qual o valor dessa dívida e qual o plano de pagamento. Mencionou ainda que, no orçamento apresentado, é referida a intenção de expandir a marca com a criação de escolas de formação Afonsinhos pelos concelhos limítrofes, tendo questionado qual o projeto e o ponto de situação desta matéria.

De seguida, foi concedida a palavra ao associado Paulo Roberto Oliveira Peixoto, que cumprimentou os presentes e parabenizou a nova Direção e os novos Órgãos Sociais, desejando-lhes os maiores sucessos, referindo que, finda a campanha eleitoral, é hora de deixar trabalhar, mas sempre estando vigilante. Pediu uma salva de palmas para a Vice-Presidente da Direção, Célia Magalhães, por ser a primeira mulher com as funções de Vice-Presidente do Clube em cento e quatro anos de história, considerando ser merecido e dever ser algo normal. Questionou quem é o Tiago, pessoa que apresentou o orçamento, porquanto desconhecia se o mesmo era Diretor Financeiro, Diretor do Clube ou da SAD. Referiu não ter acompanhado a campanha eleitoral da atual Direção, pelo que pretendia saber qual a função de cada Vice-Presidente da Direção, quais as pastas que têm assumidas, e qual o organigrama do Clube e SAD, mais pretendendo que tal fosse disponibilizado aos associados em Assembleia Geral ou através do site ou redes sociais do Clube. Questionou ainda se existe algum diretor ou coordenador das Modalidades, quais os diretores de cada modalidade e qual a estrutura do futebol profissional. Mais se dirigiu ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Luís Filipe Silva, e disse considerar que o Conselho Vitoriano do Clube se encontra ilegal, tal como havia referido no ano passado, tendo lido a parte final do artigo 37.º, n.º 1, dos Estatutos do Clube. Indicou que a atual Direção tomou posse, mas não fez nenhuma proposta de constituição do Conselho Vitoriano, tal como há um ano atrás, e, embora no ano passado o Conselho de Jurisdição lhe tenha respondido sobre esta matéria, questionou se este Órgão pretendia voltar a apresentar a sua resposta. Acrescentou que considera o referido artigo dos Estatutos muito claro, e que, não tendo havido nenhuma eleição, é do

entendimento que o Conselho Vitoriano se encontra ilegal, considerando tal ser uma questão de proforma, pois considera ser provável que o mesmo venha a ser eleito em Assembleia Geral. Quanto ao orçamento, aludiu ao fundo solidário para atletas, que lhe parece ser uma boa medida, mas pretendia saber como esse fundo seria constituído, se já tem algum valor e onde o fundo irá buscar orçamento para esse valor. No que diz respeito às Modalidades, saudou a visão e tentativa da Direção em desagregar as parcelas relativas a cada modalidade, mas, como sempre criticou e vai continuar a criticar, entende que se deve ir mais além, pois a justificação que se tem dado no passado de que os seccionistas ou diretores de cada modalidade podem ficar chateados em saber os gastos das outras modalidades não tem fundamento, pois toda a gente sabe quanto gasta o andebol, o basquetebol ou o voleibol, sendo tudo isto mais informação para os associados, e nenhum diretor vai ficar melindrado em saber os gastos das restantes modalidades, até por uma questão de respeito institucional, sendo que, tal permitirá perceber se o orçamento de cada modalidade corresponde aos resultados desportivos apresentados e com aquilo que é proposto. Questionou ainda quais os objetivos para este ano desportivo relativos a cada modalidade, se chegar aos objetivos mínimos de lutar pelas fases finais e play-offs, ou se em alguma modalidade, com exceção do polo aquático, é pretendido algo mais.

Terminada a sua intervenção, foi dada a palavra ao associado Viriato Manuel Dassa Sampaio, que, no uso da mesma, cumprimentou os presentes e declarou pretender fazer uma declaração de intenção de voto sobre o orçamento e, depois, entregar essa declaração à Mesa da Assembleia Geral, para que ficasse registada em ata. De seguida, leu a sua declaração de voto, referindo que o nosso voto contra o orçamento apresentado assentava numa razão essencial, num momento em que o Clube exige decisões firmes, ambição e uma estratégia clara para o futuro, considerando que a proposta apresentada fica aquém desse desígnio e não oferece ao Clube as soluções de que necessita. Referiu que, mais do que um exercício contabilístico de previsão de receitas e despesas, o orçamento deveria representar um compromisso de gestão orientado para a criação de valor, para a sustentabilidade económica e para a mitigação dos riscos inerentes ao contexto em que o

Clube se insere. Referiu que, no contexto que o Clube atravessa, caraterizado por constrangimentos financeiros e por desafios estruturais que reclamam decisões transformadoras, seria expectável que o orçamento constituísse um verdadeiro instrumento de mudança, refletindo uma visão estratégica clara, prioridades inequivocamente definidas e um plano credível de recuperação e fortalecimento institucional, o que não sucedeu, uma vez que a proposta apresentada revela-se um orçamento de continuidade, desprovida de uma abordagem transformadora de que o Clube tanto necessita. Mencionou que a previsão de um resultado líquido negativo que quase quadruplica o prejuízo orçamentado para a época anterior deveria, por si só, justificar a adoção de medidas estruturais de reequilíbrio económico-financeiro, mas, em comparação com o exercício precedente, evidencia a ausência de qualquer medida estrutural capaz de inverter a trajetória de degradação financeira do Clube. Acrescentou que, perante esse agravamento, impunha-se uma reflexão estratégica séria e a adoção de medidas efetivas de reequilíbrio económico-financeiro, como diversificar fontes de receita, reforçar a eficiência operacional ou aumentar a capacidade competitiva do Clube. Mais referiu que o orçamento apresentado não refletia a estratégia que a Direção havia apresentado aos associados nas eleições e que aquele não era um plano credível para inverter a situação financeira do Clube e reforçar a sua competitividade e proteger o seu património. Concluiu que o nosso voto não se traduziria numa divergência pontual quanto à atual gestão, mas na convicção que o orçamento deveria definir um rumo claro, demonstrar como os objetivos serão alcançados e mobilizar o Clube para um futuro mais sólido, cuja proposta apresentada não o faz com datas, métricas, números e valores concretos.

Concluída a sua intervenção, o associado dirigiu-se à Mesa e entregou ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral o requerimento escrito que havia anteriormente lido, documento esse que fica a constar do livro de atas que incorpora a presente, e está rubricado pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

De seguida, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral tomou a palavra e, no que diz respeito ao Conselho Vitoriano, dirigindo-se ao associado Paulo Roberto, explicou que, há um ano atrás, após a eleição dos Órgãos Sociais antecedentes, foi colocada essa questão e foi transmitido pelo anterior Presidente da Mesa da Assembleia Geral e pelo Conselho de Jurisdição que, no seu entendimento, a Direção eleita poderia manter o Conselho Vitoriano. Leu o ponto único do artigo 37.º dos Estatutos, que refere que o mandato dos membros do Conselho Vitoriano cessa com a eleição do novo Conselho, referiu que tal dá azo a interpretações distintas, e transmitiu que o Presidente da Direção, Rui Rodrigues, conversou consigo acerca deste tema. Acrescentou que, tendo saído três elementos do Conselho Vitoriano, o próprio, o Prof. Manuel Machado e a atual Vice-Presidente da Direção, Célia Magalhães, iriam ser convidadas pela Direção novas pessoas para integrar o Conselho Vitoriano. Fez referência aos factos de o Clube ter tido eleições no dia treze de junho, tomada de posse no dia dezanove de junho, tomada de posse da SAD no dia vinte e cinco de junho, de as eleições terem ocorrido num mês muito atípico, o que tornou muito difícil a gestão de plantéis e de outros aspetos, e concluiu ter-se decidido que, na próxima Assembleia Geral, com o devido tempo e compreensivelmente, seria apresentado e colocado à consideração dos associados o novo Conselho Vitoriano.

Ato contínuo, foi dada a palavra à Presidente do Conselho de Jurisdição, Ana Margarida Teixeira, que reiterou as palavras do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, explicou que o entendimento transmitido nas anteriores Assembleias Gerais se mantém, e indicou que será apresentado um novo Conselho Vitoriano assim que a atual Direção decida quem serão as pessoas que o compõem, de forma a que possa tomar posse.

Logo após, foi dada a palavra ao Secretário do Conselho Fiscal, João Paulo Ribeiro. No que diz respeito ao valor das Modalidades constante no orçamento, de dois milhões de euros, explicou ser esse o valor respeitante aos gastos com as mesmas, e que, na sua apresentação, a Direção fez uma divisão das modalidades em que fez referência às três modalidades e, depois, colocou um artigo denominado "Outros", que diz respeito a gastos partilhados entre essas três modalidades,

que fazem a diferença entre os dois milhões de euros e o valor de um milhão e setecentos mil euros.

De seguida, foi dada a palavra ao Dr. Tiago Francisco, Controller Financeiro do Clube, que explicou que o valor de um milhão e setecentos mil euros dizia respeito à soma do valor de cada modalidade do Clube, e a diferença para o valor total de dois milhões de euros correspondia aos gastos transversais a todas as modalidades, nomeadamente os gastos com pessoal do departamento das modalidades, os serviços de limpeza ou departamento médico. Ou seja, como se procedeu à separação no orçamento dos gastos de cada modalidade, o valor de cerca de trezentos mil euros não ficou explícito nesses gastos no valor total de um milhão e setecentos mil euros, pois aquele valor não estava afeto a cada uma das modalidades em específico, mas representa um gasto transversal a todas as modalidades.

Terminada a sua explicação, tomou a palavra o Presidente da Direção, Rui Rodrigues, e, no que diz respeito à questão do associado Paulo Roberto quanto às funções dos Vice-Presidentes da Direção, referiu que o Silvério Alves é responsável pelas áreas do futebol de formação, comunicação, marketing e comercial, o Ricardo Freitas é responsável pelas áreas do futebol feminino e das operações, a Célia Magalhães é responsável pelas áreas dos associados, recursos humanos e departamento jurídico, e o João Nuno Pacheco é responsável pelas áreas das modalidades amadoras e do património.

Seguidamente, tomou a palavra o Vice-Presidente da Direção, Silvério Alves, e, no que diz respeito à questão colocada acerca dos Afonsinhos, em especial a abertura de um novo polo, adiantou que, efetivamente, a Direção se encontra em negociações adiantadas com um polo e em negociações iniciais com outro polo, sendo intenção manter a política com os Afonsinhos, nomeadamente em manter o mesmo nível de qualidade que existe atualmente e crescer através do novo polo existente fora do concelho, em Riba de Ave, Famalicão e, brevemente, através de um novo polo que irá existir, igualmente fora do concelho.

Ato contínuo, tomou a palavra o Vice-Presidente da Direção, João Nuno Pacheco, e, respondendo ao associado Paulo Roberto, referiu que o Diretor das Modalidades é o Nuno Perdigão, que continua a fazer o trabalho efetuado até então. Acrescentou que irá ocorrer uma tomada de posse de todos os diretores de todas as modalidades, de forma a vincular, responsabilizar e dar certeza acerca das funções de cada um. Quanto ao fundo solidário para atletas, referiu que, em todas as conversas e reuniões que teve, a Direção deparou-se com a existência de diversas situações de atletas e famílias que não têm capacidade para proceder ao pagamento da respetiva mensalidade, e que as próprias secções de cada modalidade acabavam por, por sua iniciativa, deixar de cobrar algum tipo de mensalidade, para não deixar ninguém para trás. Acrescentou que a Direção pretende ter todo este cenário bem estruturado e com critérios bastante mensurados, de forma a que ninguém seja deixado para trás e possa praticar a sua modalidade, pelo que a Direção já falou com as secções de cada modalidade sobre esta matéria, tendo as mesmas de acomodar dentro dos seus próprios orçamentos estas situações, as quais serão depois controladas e revistas pela Direção. Reforçou que ninguém pode ficar para trás por causa da sua situação financeira.

Terminados os esclarecimentos, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral tomou a palavra e comunicou aos associados que se iria proceder à votação do orçamento anual do Clube para o exercício do ano associativo 2026/2027. Efetuada a votação e após contagem pelos membros da Mesa da Assembleia Geral, apurou-se que o referido orçamento foi aprovado por maioria.

Logo após, passou-se ao ponto cinco da ordem de trabalhos - *30 minutos para discussão de outros assuntos com interesse para o Clube* -, tendo o Presidente da Mesa da Assembleia Geral informado estarem abertas as inscrições dos associados para se pronunciarem sobre qualquer assunto de interesse para o Vitória Sport Clube.

Inscreveram-se para o efeito os senhores Sérgio Cunha, associado n.º 13272, André Filipe Mendes de Castro Almeida, associado n.º 21453, João Vicente Ribeiro Salgado, associado n.º 2257, Paulo Roberto Oliveira Peixoto, associado n.º 3092, Joel Ricardo Lopes Ferreira, associado n.º 10378, Jorge Almeida B. Cotter, associado n.º 2373, Fernando Machado Silva, associado n.º 1278,

Manuel Filipe P. Gonçalves, associado n.º 2508, António Silva Freitas Mata, associado n.º 5479, e António João Costa Coelho, associado n.º 281.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral concedeu então a palavra ao associado Sérgio Cunha, que, no uso da mesma, questionou se, neste mandato, o orçamento da SAD seria superior, inferior ou igual ao orçamento da anterior Direção. Referiu ainda que a comunicação social se refere ao Clube como "V. Guimarães", o que o desconforta, pois trata-se de um clube com mais de cem anos de história, um dos maiores de Portugal, tem um nome próprio, Vitória Sport Clube, e, embora não se importe que digam "Vitória de Guimarães", causa-lhe muito desconforto ler "V. Guimarães", tal como a vários associados. Acrescentou que vários jornais, nomeadamente "*Ojogo*" e "*Record*", continuam a manter tal erro, apesar de saberem que há associados que não gostam dessa situação, o que considera ser uma falta à verdade e de respeito à identidade e nome do Clube, e à cidade. Concluiu ser do entendimento que a Direção deveria agir no sentido de o Clube ser tratado como deve ser. Declarou ter orgulho em Guimarães, muito orgulho no Vitória Sport Clube, mas não gosta de ver "V. Guimarães", o que acha um desplante. Nesse sentido, pediu à Direção para tomar alguma diligência e, em último caso, caso os jornais continuassem com essa inverdade, sugeriu que lhes fechassem as portas, pois considera ser uma falta de respeito ler "V. Guimarães".

De seguida, foi concedida a palavra ao associado André Filipe Mendes de Castro Almeida. No uso da mesma, começou por parabenizar os Órgãos Sociais eleitos e deixar uma mensagem de honra a todos aqueles que concorreram aos Órgãos Sociais do Clube. Referindo-se à estratégia de proximidade aos associados e, em particular, com a possibilidade de abertura de novas lojas, como por exemplo nas Taipas, questionou se o Clube tem dados geográficos sobre os associados, as freguesias, associações de freguesias, onde se tem mais ou menos sócios, pois, existindo uma loja a setecentos metros da outra no centro da cidade, bastando subir a Avenida de Londres para estar no estádio, entende que se justificaria muito mais uma abertura de uma loja, com os mesmos custos, nas Taipas, até porque, desconhecendo a faturação da loja no GuimarãeShopping, referiu

ter de ser mesmo muito rentável para se justificar a proximidade e os horários em que essa e a outra loja estão abertas. Mencionou que, na apresentação do orçamento, falou-se na tentativa da Direção em captar e reter associados, e o próprio Conselho Fiscal frisou a proximidade às comunidades vitorianas. No que diz respeito aos Estatutos, mencionou ser muito fácil falar-se dos mesmos quando não se tem de lidar com a sua elaboração, mas sugeriu que nada fosse feito à pressa, pois o que está feito, está feito, e, ao criar uns novos estatutos, está-se a falar não só do passado e do presente, mas principalmente daquilo que será o futuro. Desejou que os novos Estatutos não durem tantos anos, mas que possam ser revistos mais cedo, e que, quando o forem, sejam realmente revistos, revisitados e alterados. Mais sugeriu a criação de uma comissão não só constituída por doutores que saibam escrever o documento final, mas por vários associados de várias gerações, deste milénio, dos anos noventa, dos anos oitenta, acrescentando que todos eles têm uma história crítica do Clube e todos eles têm algo a acrescentar ao Vitória Sport Clube, sendo que os Estatutos são algo que dão o poder e o dever, apesar de as pessoas esquecerem-se muitas das vezes dos deveres. Reforçou que é preciso alterar os Estatutos e, ao revisitá-los, deve-se aproveitar para revisitar tudo, por todas as gerações, todas as profissões, todos aqueles que têm algo a acrescentar ao Clube, à semelhança do Conselho Vitoriano. Referiu que o pior e o melhor do Clube são os associados, aludiu a uma notícia que causou grande alvoroço em muita gente, sobre uma academia, que não os Afonsinhos, mas algo que tentam replicar em Guimarães, e manifestou que, no seu entendimento, o Clube não tem de se preocupar com a cidade de Guimarães, pois Guimarães é Vitória e Vitória é Guimarães, não havendo a mínima dúvida, seja qual for a freguesia, mais distante ou mais perto, seja qual for o cidadão vimaranense, vitoriano ou não, pois todos sabem quem é o Vitória Sport Clube, que está instalado na cidade de Guimarães, que todos que têm qualidade e querem realmente jogar futebol ou outra modalidade mais cedo ou mais tarde acabam no Clube, isto com todo o respeito por todas as restantes instituições. Expressou que o Clube deve abrir mais os olhos e, no seguimento do tema Afonsinhos, sugeriu que se olhasse para o panorama mundial, nomeadamente para Angola, país

de língua portuguesa que mais cresce no mundo, com 57% da população com menos de dezoito anos, tendo cidades com mais de duzentos e oitenta mil jovens, como por exemplo Cuito, situada no coração de Angola, com um aeroporto a dois quilómetros do estádio principal de um clube chamado Vitória. Reforçou ser seu entendimento que os vitorianos não se devem preocupar tanto com aquilo que é a estratégia dos outros, mas com a sua estratégia, pois o futuro ainda não está escrito e ninguém o irá escrever, sendo que o Clube deveria aproveitar aquilo que os outros fazem, nomeadamente os que não precisam de vender para subsistir. Referiu que o Clube precisa de vender e que Portugal é um país vendedor, mas existem uma série de projetos e visões que se podem ver, como por exemplo os dados que mencionou anteriormente, havendo registos do Governo angolano, do Instituto Nacional Estatístico angolano, e todas essas informações estão lá. Acrescentou ter-se referido a Angola, mas poderia falar também de Moçambique ou de outros países com a língua portuguesa. Finalmente, agradeceu a alguns membros da atual Direção por ter verificado com muito gosto que o Clube começou a convidar as escolas para aparecer ao pavilhão e acompanhar as modalidades e a formação. Expôs ser positivo que a Direção ouça os associados e realmente faça alguma coisa que os associados dizem. Questionou quantas escolas aderiram, quantos alunos estiveram presentes e qual foi o aumento da assistência no pavilhão, até porque na Assembleia Geral anterior existiam dados concretos acerca dos números das assistências no pavilhão.

Logo após, foi dada a palavra ao associado João Vicente Ribeiro Salgado, que, no uso da mesma, cumprimentou os presentes e referiu pretender falar com os associados para esclarecer e sugerir a alteração dos Estatutos do Clube numa Assembleia Geral extraordinária, em que haja maior consenso, elencando aquilo que considera ser possível de corrigir rapidamente e para o bem de todos. Começou por referir que a Assembleia Geral foi marcada para as 20 horas, os funcionários do Clube estiveram no pavilhão toda a tarde e, depois, estiveram uma hora à espera que se iniciasse a Assembleia Geral, tendo sugerido que se alterasse o disposto nos Estatutos, de forma a que a Assembleia Geral funcionasse, em segunda convocação, 30 minutos depois da hora

marcada para a primeira convocação, que é aquilo que se faz em qualquer associação ou qualquer clube, evitando que os associados fiquem à espera do início da Assembleia Geral, pois tal cansa as pessoas e os funcionários do Clube, sendo horas extraordinárias que estão a fazer, entendendo ser fácil proceder a essa alteração. No que diz respeito à eleição em conjunto do Conselho Vitoriano com a Direção, referiu que se deve evitar a situação que aconteceu neste dia da Assembleia, em que estão presentes pessoas do Conselho Vitoriano, as quais parabenizou, considerando que, lá atrás, na altura da apresentação das candidaturas à Direção do Clube, tinha nexo que se dissesse que aqueles seriam os seus membros do Conselho Vitoriano, sendo logo diretamente eleitos, sem que se tivesse de fazer uma Assembleia Geral extraordinária para eleger os membros do Conselho Vitoriano. Mais acrescentou que tem de se evoluir, fazendo referência e parabenizando a evolução do pavilhão, o qual considera ser o mais bonito a nível nacional, pela cor e cuidado, concluindo que nem tudo é mau, mas tem de se melhorar, e rapidamente. Mencionou ainda que deve ser permitido o voto antecipado nas eleições do Clube, pois, no fim de semana das eleições esteve bom tempo, foi fim de semana prolongado, e a maior parte dos associados não pôde votar, entendendo que seria bom acrescentar um artigo aos Estatutos que permitisse aos associados que assim o quisessem, votassem no fim de semana anterior. Referiu que tal é permitido em todas as eleições do País, menos no Vitória, que continua no cinzento, tendo de se evoluir. Mais sugeriu que fosse permitido o voto eletrónico a pessoas residentes fora do concelho, o que considera ser simples, pois, embora saiba que engloba uma área técnica, seria fácil de fazer, e, não obstante ter custos, julga não serem muitas pessoas a votar fora do concelho, cerca de 100 pessoas, que foi o que aconteceu nas últimas eleições. Sugeriu ainda ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral que não permitisse o que o Presidente anterior permitiu, nomeadamente que fosse a Direção a gerir esse processo. Acrescentou que, para quem não soubesse, nas últimas eleições, o anterior Presidente deu autorização à Direção do Clube para tomar conta do processo dos votos por correspondência. Disse que nunca se pensou que ia acontecer uma eleição como aconteceu, com pouca diferença de votos, e disse saber que dois

votos chegaram depois do dia das eleições, sábado, tendo as pessoas tido o cuidado de enviar os seus votos, os quais depois acabaram por não contar, tendo esses associados sido penalizados por não terem exercido o seu direito de voto. Mais propôs que se antecipasse às pessoas a possibilidade de votarem por correspondência, dando-lhes mais tempo para enviarem as cartas mais cedo e chegarem mais cedo, ou se estabelecesse o voto eletrónico. Deu o exemplo das últimas eleições presidenciais, em que se teve de esperar pelos votos dos emigrantes para fechar o ato eleitoral, o que deu de barato, pois não pretende que no Vitória aconteça isso, mas tem de se dar a possibilidade às pessoas de votarem por correspondência ou por voto eletrónico, para que quem resida fora e não possa estar presente no dia possa votar. Propôs ainda, como ponto mais importante, a implementação de uma segunda volta em caso de empate ou no caso de existirem mais de duas candidaturas, para legitimar quem ganhar e clarificar, para não acontecer o que aconteceu nesta Assembleia, em que os votos contra e abstenções foram mais do que os votos a favor, entendendo ser este um ponto essencial. Finalmente, no que diz respeito ao local dos adeptos visitantes no Estádio, referiu que as anteriores administrações do Clube investiram milhares de euros na realização de um gradeamento por baixo da bancada onde aqueles estão agora, que é uma excelente bancada, na qual se vê futebol muito melhor do que nos outros estádios onde vê futebol, e que se continua a colocar esses adeptos na melhor bancada para se ver futebol. Disse saber quem fez isso, qual a justificação que lhe deu, mas não a aceita, pois não aceita apanhar chuva, pagar uma cadeira anual, e meia dúzia de visitantes adversários virem fazer barulho, que se ouve mais do que a claque do Vitória. Não admite isso, e disse que tal tem de ser mudado, estando na altura de ter capacidade para executar e pôr as coisas como devem ser. Naquela bancada, está um sítio que custou milhares de euros e que deve ser utilizado, não se devendo colocar os adeptos visitantes lá em cima, enquanto os adeptos do Clube ficam a apanhar chuva. Pediu desculpa pela emoção, mas referiu que estas coisas o revoltam.

De seguida, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a palavra à Direção, tendo o seu Presidente, Rui Rodrigues, dirigindo-se ao associado Sérgio e no que diz respeito ao valor do

orçamento apresentado, esclarecido que foi estimado que o valor, pelo menos entre os dois e três milhões de euros, vai ser mais baixo. Para que as pessoas percebessem que não há uma continuidade, reiterou ser uma pessoa diferente do anterior Presidente da Direção e o facto de a administração ter caras novas, e confidenciou que o orçamento iria ser colocado no relatório de gestão. Relativamente à questão relacionada com o nome do Vitória Sport Clube, referiu ser esse o nome do Clube e que existe imprensa que começa a respeitar e usar essa designação, sendo que, quanto aos órgãos de comunicação social que não o fazem, revelou que a Direção fez já algumas tentativas junto dos mesmos para os fazer ver que o nome do Clube é aquele, estando esse trabalho a ser feito e continuará a ser feito sempre que entenderem necessário. Quanto aos Estatutos, referiu que os novos Estatutos contemplam já algumas medidas que foram mencionadas durante a Assembleia Geral e que se encontra marcada para o início de setembro uma reunião com a Comissão de Revisão dos Estatutos, para se conversar sobre a continuidade dessa revisão. Acrescentou que, antes da realização da Assembleia Geral de alteração dos Estatutos, existirão sessões de esclarecimento com os membros daquela Comissão, para que os associados possam participar e partilhar as suas ideias, circunstância à qual a Direção está atenta e é sensível, estando a pensar naquilo que é o presente e o futuro do Clube.

Ato contínuo, tomou a palavra o Vice-Presidente da Direção, Silvério Alves, e, no que diz respeito ao tema das lojas, explicou que o Vitória já teve uma loja nas Taipas, e essa loja tinha uma faturação muito reduzida, pelo que não compensava manter essa loja aberta. Relativamente à circunstância de uma loja estar a quinhentos metros de distância da outra, esclareceu que a dimensão da loja do estádio e os próprios horários praticados fazem com que assim aconteça, revelando que a loja situada no GuimarãeShopping, este ano, foi a loja mais rentável para o Clube. Mais revelou que, este ano, foi batido o recorde de sempre de vendas nas lojas do Clube, ultrapassando o valor de um milhão de euros líquidos. No que concerne ao aumento do número de lojas, explicou que, atualmente, o Clube tem a sua loja online, com custos muito mais reduzidos e com um crescimento anual de dois dígitos, sendo esta uma loja que se quer incrementar e

melhorar, estando atualmente em remodelação e a procurar-se novas formas de divulgação dos produtos do Clube. Quanto à iniciativa "*a tua escola vai a jogo*", referiu que trouxe ao estádio e ao pavilhão cerca de quatro mil pessoas que não são associadas do Clube, o que foram experiências únicas, sendo que, nessa sequência, algumas pessoas, inclusivamente de fora do concelho, enviaram comprovativos de que se fizeram associadas e do seu cartão de sócio. Disse ser do entendimento que esta é uma iniciativa que se deve e se quer manter. Chamou ainda a atenção ao facto de, caso as modalidades não tenham um nível de assistências aceitável, ser impossível ter a capacidade de trazer patrocinadores e fazer publicidade. Referiu que, embora tenham sido implementadas várias medidas e tenham sido feitas obras nas infraestruturas, para os sócios e atletas, obras essas elogiadas por um associado na sua intervenção, tal não se traduziu no número de assistências, pois estas não melhoraram. Deixou o repto aos associados de acompanharem de mais perto as modalidades, e de aparecerem ao pavilhão, esperando que as coisas melhorem.

Logo após, tomou a palavra o Presidente da Direção, Rui Rodrigues, que referiu que esse repto não era apenas para os associados, mas também para os Órgãos Sociais, Direção e todos os elementos que compõem o Vitória Sport Clube.

Terminados os esclarecimentos, pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral foi dada a palavra ao associado Paulo Roberto Oliveira Peixoto. No uso da mesma, referiu que algumas das perguntas que fez na sua primeira intervenção não foram respondidas, pelo que questionou novamente quem era o Tiago e qual a sua função no organigrama, para que nas próximas intervenções se pudesse dirigir a si com o devido respeito. Agradeceu ao Vice-Presidente João Nuno Pacheco pelas suas respostas relacionadas com as Modalidades e Diretores, e questionou se será feito o mesmo relativamente à estrutura do futebol profissional. Referiu que o Presidente Rui Rodrigues mencionou que não haveria continuidade, mas evolução, e perguntou se iria existir um relatório semestral e se os associados iriam ter acesso a algum tipo de informação, seja relatório completo, seja parte da informação. Mais questionou se a Direção iria continuar, no dia

seguinte ao final do mercado, a prestar todos os esclarecimentos relativamente à entrada e saída de atletas, ou se iria melhorar essa parte, dando mais informações, inclusive criando-se um portal da transparência com esse tipo de informações, como têm outros clubes. Quanto ao plano de execução 2026/2030, que seria apresentado em cem dias, e sendo certo que na data da Assembleia apenas havia decorrido um terço desses cem dias, questionou se esse plano já está em andamento, se já está algo planeado, e se a Direção tenciona mostrar aos sócios dentro do prazo previsto ou só na próxima Assembleia, em outubro. Acrescentou que, nesse plano, é mencionado um conselho estratégico e empresarial, questionando se já está em andamento e se os sócios vão ter conhecimento relativamente a isso, e é mencionado um grupo de trabalho para as infraestruturas, questionando se já está criado e se os associados terão conhecimento das pessoas que o compõem e quais os objetivos. Referiu ainda ter sido com relativa satisfação que viu uma notícia relativa à VSports, mencionou que foi dito pela anterior administração que a VSports tinha deixado de ser um parceiro ou tinha deixado de ser um investidor e passado a ser um acionista normal fruto da imposição que a UEFA na altura colocou no Clube, e questionou se, neste momento e fruto da reunião que houve, a VSports ainda é apenas e só um acionista maioritário ou se já está a caminho de ser um parceiro novamente da SAD, que possa ajudar, seja a nível desportivo, seja a nível financeiro. Para finalizar, mencionou que foi bastante debatida uma questão relacionada com as eleições, nomeadamente o pagamento da dívida à MSD, que vinculava no dia 30 de junho, tendo questionado qual o ponto de situação, se foi algo negociado, o que foi negociado. Aproveitou para desejar uma boa época desportiva.

De seguida, foi dada a palavra ao associado Joel Ricardo Lopes Ferreira. No uso da mesma, aludindo à loja nas Taipas, mais do que a parte comercial e dos lucros, referiu que a zona norte do concelho tem sido cada vez mais invadida pelo clube que se encontra acima da morreira, pelo que, mais do que a parte comercial e das vendas, a importância da loja estaria relacionada com a visibilidade e a dominância do Clube naquela zona, numa das maiores vilas de Guimarães, entendendo que se deve ter em atenção aquela zona, pois há cada vez mais adeptos de clubes

rivais. Referiu que concorda com o Vice-Presidente Silvério Alves no que diz respeito ao número de sócios no pavilhão ser um problema, e mencionou que os sócios devem pôr a mão na consciência e devem aparecer mais vezes ao pavilhão, pois, por muito que a Direção acrescente, e já houve melhorias no pavilhão, o número de sócios no pavilhão não cresceu e se calhar até diminuiu. No que diz respeito às receitas, referiu que existem vários clubes de bairro à volta da cidade de Guimarães que têm modalidades pequenas com receitas bem superiores ao que o Clube tem em termos comerciais e de patrocínios. Concluiu que se precisa de mais sócios e de mais apoio, mas entende que é possível crescer a nível comercial sem ter mais sócios na bancada, tendo de se trabalhar. Questionou ainda pelo atual valor da dívida que o Clube tem à SAD e pelo plano de pagamento. Mencionou que, durante a campanha, foi prometido que o Clube iria estreitar relações com a VSports, deu os parabéns por se ter cumprido com essa promessa e notarem-se resultados e trabalho ao final de um mês, aludiu ao facto de terem chegado dois atletas, um a título definitivo e outro por empréstimo, e questionou quais serão os moldes e o modelo desta parceria, pois é algo novo, sendo a primeira vez que se tem algo palpável no que diz respeito à parte desportiva. Afirmou que, no ponto cinco da candidatura da lista que venceu, foi proposto o envolvimento e mobilização dos sócios cada vez mais, tendo questionado qual o ponto de situação e quais medidas iriam ser aplicadas. Em nome da associação que representa, deixou a sua disponibilidade para poder ajudar e participar naquilo que seja em prol do Clube.

Terminada a sua intervenção, foi dada a palavra ao associado Jorge Almeida B. Cotter que, no uso da mesma, cumprimentou os presentes e, aludindo aos Estatutos, referiu tratar-se de uma coisa complexa, que não é para ser feita em cima do joelho, mas entende ser urgente que, em pleno século XXI, não se pode ter uma Direção eleita com trinta por cento dos votos dos associados. Ressalvou que não estava a pôr em causa a legitimidade da atual Direção, mas advertiu que nas próximas eleições tal não pode suceder, entendendo que deveria ser convocada uma Assembleia Geral com um ponto único para mudar esse facto, sendo que, depois, quanto aos Estatutos profundos, porque há muita coisa a mudar, a Direção terá tempo para fazê-lo e convocar as

pessoas que entender. Reforçou que, no futuro, não se pode ter uma nova Direção sem ter cinquenta por cento dos votos, mais um, como já foi falado, sugerindo que, quando tal não sucede, oito dias depois, as duas listas maiores vão a votação. Referiu que o Vitória Sport Clube é muito maior que a cidade e que o concelho, sendo o grande clube e a grande montra da região, e acrescentou que, não sendo comparável com o Barcelona, existem coisas que se pode ver. Questionou como pode o Vitória crescer em termos de sócios e em termos de futuro, a 10, 20 ou 30 anos, sendo que, a seu ver, uma medida fundamental seria trazer miúdos, não só das escolas do concelho, mas também de todo um conjunto de concelhos limítrofes que drenam para Guimarães, como Fafe, Felgueiras, Celorico de Basto, Cabeceiras de Basto, Mondim de Basto, Ribeira de Pena. Explicou que existem três ou quatro jogos em que o estádio fica cheio, e nesses dias não podia ser, mas nos restantes jogos existe sempre uma bancada vazia, podendo combinar-se um esquema em que o Clube iria buscar as crianças às escolas, resolvendo-se o problema de serem menores com a oferta de uma entrada a um dos pais, tudo em sistema rotativo, três ou quatro escolas em cada jogo, porque isto é que prende ao Vitória. Recordou a forma como vibrava, quando tinha seis e sete anos, com a forma como entrava no Clube ainda antes de ser sócio, sendo aquela a maneira de os trazer, ligar e vibrar com o Vitória. Entende que, embora se deva igualmente apostar nos adultos, é nas crianças que se tem de apostar. No que diz respeito a um ponto que fora abordado, relacionado com o concelho e com a vila das Taipas, enunciou que, de facto, do conhecimento que tem, ficou preocupado, pois, se se analisar essa vila, em termos de sócios, a coisa está meio por meio com o clube rival, o que considera ser completamente inconcebível para os vimaranenses e não se pode aceitar, manifestando que se deve atuar, nomeadamente junto dos Presidentes de Junta, dos Padres, de quem quiserem, e que o Clube deve trazer mais sócios, independentemente de virem ou não ao futebol.

Logo após, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a palavra à Direção, tendo tomado a palavra o seu Presidente, Rui Rodrigues. Começou por esclarecer que o Tiago é o Controller Financeiro do Clube e, quanto ao relatório semestral, explicou que sempre foi um tema muito

badalado em fevereiro, março, abril, maio e junho, até ocorrer a apresentação das contas, e que, a partir do momento em que a Direção tomou a decisão de incluir o orçamento no relatório de gestão, não faria sentido depois não fazer a apresentação das contas semestrais em fevereiro ou início de março, pelo que concluiu ser intenção da Direção fazer a apresentação do relatório semestral. Esclareceu que o orçamento demonstra aquilo que é uma época e, por isso, o orçamento semestral serão as contas a meio e serão uma diretriz para se ver aquilo que está a ser executado, prometendo fazer essa diferenciação sobre aquilo que se diz ser a continuidade, e que não é. Disse existir uma grande intenção de criar o portal da transparência e que, no final do mercado, se iria fazer a divulgação daquilo que foi o mercado do Clube, provavelmente fornecendo aos associados mais dados. No que diz respeito às questões colocadas sobre o plano de execução 2026/2030 e conselho estratégico e empresarial, referiu que tomou posse dia dezanove de junho, teve de se proceder à construção do plantel e as coisas não foram fáceis em termos de timings, mas é intenção criar aquele conselho, também tendo em conta aquilo que são as receitas das modalidades, projetando-se que, com a criação de tal conselho, surgirá a criação de um grande potencial de comunicação entre o Clube e a classe empresarial, o que é um ponto fundamental para o reavivar de contacto com os empresários, e não só. Relativamente à VSports, afirmou que se fez mais em quinze dias do que em quatro anos, que durante a campanha explicou que tinha um bom relacionamento com aquela e tinha uma visão diferente daquela que se estava a praticar, o que ficou demonstrado, tendo revelado que, na semana transata, reuniu com elementos da VSports da parte financeira e, na semana anterior, havia igualmente reunido, de forma a abordar como poderia ser o retomar da parceria, reunião na qual se falou muito da parte desportiva. Explicou que existe uma vontade da VSports em não ser apenas uma acionista, mas também parceiro, vontade que é também da atual Direção, embora existam pressupostos que são inegociáveis e, no final de contas, quem irá tomar qualquer decisão são os associados. Referiu ainda se encontrarem numa fase embrionária, mas a vontade é muito grande no sentido de acelerar o processo, estando a Direção a trabalhar nisso mesmo. Explicou que sempre teve a convicção de que a abertura ia ser muito

grande, mas ficou surpreendido com a velocidade com que as coisas aconteceram, o que considera ser ótimo. Mencionou existir a possibilidade de existirem novos mecanismos de proteção dos multiclubes, e que existe um conjunto de assuntos que estão a ser abordados, nomeadamente a questão financeira, que é muito relevante para a VSports, explicando que a continuidade das pessoas foi muito importante, pois é mais confortável por as pessoas já se conhecerem, o que é importante na credibilidade da parceria. Revelou que, provavelmente e o quanto antes, irão ser apresentadas novidades, que considera serem positivas, sendo certo que os associados serão sempre os últimos a tomar a decisão. Reforçou que a Direção atua para defender os interesses do Clube, mas a última palavra é sempre dos associados, em Assembleia Geral. No que concerne à questão da MSD, explicou que era um problema que não punha em causa a continuidade do Clube a partir de dia um de julho, e não comprometia o seu dia-a-dia, mas criava alguma pressão naquilo que está subjacente a essa dívida, nomeadamente a contração de novos empréstimos e a venda de algum atleta, em que esse dinheiro seria canalizado exclusivamente para liquidar esse financiamento. Manifestou que, dentro das negociações que têm sido feitas, com alguns financiamentos a que todas as listas tiveram acesso, conseguiu-se protelar mais três meses este financiamento, libertando o Clube, nesta fase, da contração de um novo financiamento ou da venda de algum atleta, que já não ficam alocados ao pagamento daquela dívida. Mais explicou que, nesta renegociação, na altura o Clube tinha uma dívida de dezanove milhões e trezentos mil euros, mas viu-se obrigado a reduzir a dívida e a pagar os juros que se tinham vencido, correspondendo a dívida atualmente ao valor de dezoito milhões e quinhentos mil euros, tendo-se abatido o valor de oitocentos mil euros, conseguindo-se assim prorrogar o prazo em noventa dias, o que permitirá a possibilidade de decorrerem várias negociações, sendo uma das mais importantes com a intervenção da VSports. Relativamente ao tema das Taipas, disse que o mais importante não é a loja, mas assumir-se que é preciso fazer mais, criar uma maior humanização naquilo que é a relação do Clube com os adeptos, sendo esse um ponto fundamental no projeto da Direção, que não se esgota naquele dia, no dia seguinte, em um mês ou em três meses, mas é

um projeto de três anos. Reforçou ser ponto fundamental a humanização interna da estrutura do Clube e a comunicação que deve ser dada aos associados, sendo a apresentação do orçamento da SAD o pontapé de saída na aproximação aos associados, o que demonstra a vontade da Direção em permitir aos associados terem maior noção daquilo que se passa no Clube, o que dará azo à possibilidade de pedir ajuda no alcance dos objetivos da época em causa. Concluiu dever haver uma estratégia de comunicação única para todos os concelhos, considerando ser fundamental a forma como o Clube interage com os seus adeptos, pois hoje o que vende mais é a parte online, a qual tem menos custos, juntando-se o útil ao agradável, isto é, poupando-se e tendo-se uma interação mais forte e próxima com os associados. Afirmou que há um compromisso dos próprios Órgãos Sociais em terem um papel importante no Clube e na proximidade com os associados. Quanto à dívida do Clube à SAD, evidenciou que era de um milhão oitocentos e cinquenta e três mil euros e passou para um milhão seiscentos e dez mil euros, sendo que, com a venda dos lugares anuais, ocorre um rombo muito grande, que dá praticamente este valor, sendo depois o dia-a-dia gerido de acordo com essa dívida.

Ato contínuo, tomou a palavra a Vice-Presidente da Direção, Célia Magalhães. Confessou ser um orgulho enorme ter sido eleita e declarou esperar nunca vir a defraudar o Clube e os seus associados. Relativamente aos associados, referiu que a proximidade da administração aos mesmos não foi uma mera medida de campanha e informou que iria ser criada a figura do provedor do sócio, tendo o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Luís Filipe de Almeida e Silva, se disponibilizado para o efeito, faltando apenas ultimar a forma como irá ser feito, sendo que, provavelmente, irá ser alocado um local no estádio para que aquele possa realizar o atendimento aos associados de forma privada. Reforçou que esta questão da proximidade aos associados é um trabalho exaustivo que a Direção está a fazer, pois verificou-se que o Clube tem dados muito diferentes no que diz respeito ao tipo de associados, o que irá ser explorado, porquanto existe uma base de dados que nunca foi explorada e, por isso, irá começar-se a direcionar diferentes tipos de campanhas aos diferentes tipos de associados do Clube, campanhas

mais diretas e mais frontais, direcionadas aos associados com mais de vinte e cinco anos de filiação, aos mais jovens, aos que estão na iminência de poderem desistir, aos que integram famílias de associados, estando esse trabalho exaustivo a ser tratado. Acrescentou que, no dia seguinte à Assembleia, dia de renovação dos lugares anuais, iria estar no atendimento aos associados, o que faz questão de fazer, naquele ou noutros dias, de forma a estar mais próxima dos associados, pois o lugar da administração não é só no camarote presidencial.

De seguida, tomou a palavra o Vice-Presidente da Direção, Silvério Alves, e referiu que todas as críticas construtivas são sempre bem-vindas e analisadas pela Direção. Explicou que, desde que foi criado o "*Conquistadores on Tour*", foram já realizadas dez iniciativas, o Clube já esteve em Ponte de Lima, Viana, Póvoa de Lanhoso, Fafe, Felgueiras, Joane, Rebordosa, Cinfães, Vila Meã e Pevidém, sendo que, em todas essas iniciativas, o Clube teve crianças que foram ao estádio no jogo seguinte, acompanhadas pelos pais, tendo-se deixado em todas as escolas convites para que aquelas fossem ao D. Afonso Henriques assistir a um jogo. Acrescentou que, infelizmente, tal iniciativa não acontece com o número de vezes que se gostaria, muitas vezes porque o calendário do campeonato não permite que a equipa se desloque para fora daquilo que é o seu normal funcionamento, mas que iriam tentar aumentar esse número de vezes, assim que o calendário o permitisse. Mencionou que, nessa semana, terminou o "*Soccer Camp*", iniciativa na qual participaram crianças filhas de emigrantes, de fora do concelho e de vários clubes, tendo todas elas ficado apaixonadas por aquilo que é o Vitória. Algumas delas passaram quinze dias inesquecíveis, participaram naquilo que é o dia a dia da Academia do Clube, divertiram-se e tiveram uma experiência única, tendo o "*Soccer Camp*" sido um sucesso e representado uma das formas que o Clube tem de chegar mais longe. Concordou que se pode e deve fazer mais, e que a Direção tem trabalhado para tentar fazer melhor.

Terminados os esclarecimentos, pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral foi dada a palavra ao associado Fernando Machado Silva que, no uso da mesma, cumprimentou os presentes e parabenizou o presidente da Direção, Rui Rodrigues, pela vitória nas eleições. Dirigindo-se a este,

pediu para não se dar mal com o presidente da Federação Portuguesa de Futebol, nem o presidente da arbitragem, mas para lhes coçar os calcanhares várias vezes, não fazendo como o anterior Presidente da Direção, que, quando os árbitros roubavam o Clube, dava-lhes camarote e ia para a beira do quarto árbitro, sendo que nos roubavam na mesma com ele ali à beira. Disse que era necessário ir às instâncias superiores, pois é a melhor forma para o Clube não ser tantas vezes pisado. Em relação ao Vice-Presidente Silvério Alves e uma vez que falou das camisolas, tendo-se mudado agora de patrocínio, referiu que era uma altura boa para fazer um acordo com o novo patrocinador, pois, embora consiga pagar noventa ou cem euros por uma camisola, existem muitos associados que são reformados ou que ganham o salário mínimo, e não compram uma camisola oficial do Clube, optando pelo contrafeito, por ir à feira. Deu os parabéns ao Fernando Meira pela coragem que teve em aceitar ser o Diretor Desportivo do Clube, e recordou que o mesmo cresceu como jogador no Clube, fez-se homem no Vitória e sempre que ganhava campeonatos e taças, apresentava o cachecol do Vitória, referindo que aquele não veio para o Clube para se servir, mas para servir o Clube, e mais entendendo que, com a sua capacidade, até pelo facto de ser empresário de jogadores, tem confiança que irá arranjar uma equipa mais ou menos jeitosa, não podendo esta ser muito boa pois o Clube não tem dinheiro, porquanto tem o pesadelo de oitenta milhões de passivo. Disse confiar no Fernando Meira, vitoriano, que veio para servir o Clube, sendo que os críticos de *facebook* deveriam criticar em Assembleia Geral. Relativamente aos estatutos e às eleições, mencionou ter o seu neto a jogar no Clube, tendo o seu filho e a sua nora ido a um torneio a Lisboa com aquele, pelo que não puderam votar, tal como outros pais, avós e tios, concluindo que nos novos Estatutos deverá prever-se que as pessoas que não puderem votar no dia, devem poder votar uma semana antes ou por correspondência. Aludiu ao facto de o Presidente da Direção ter referido em Ponte que iria baixar o passivo e não o iria aumentar e questionou a possibilidade de se colocar uma cláusula nos Estatutos que estipulasse que as novas Direções não podem subir o passivo, ou baixam ou mantêm, dando o exemplo da existência de vários clubes com essa cláusula nos seus estatutos.

Logo após, foi dada a palavra ao associado Manuel Filipe P. Gonçalves. No uso da mesma, cumprimentou os presentes e disse cingir as suas preocupações a três pontos, que separou em duas parcelas, relacionadas com o passivo do Clube. Referiu estar preocupado com o facto de o passivo do Clube aumentar de ano para ano. De 1980 a 2006, o Clube teve um Presidente e ganhou uma Supertaça, um Campeonato Nacional de Juniores e um Campeonato Nacional de Iniciados. Em vinte e seis épocas, o Clube ficou dezasseis vezes à frente do seu rival e este ficou dez vezes à frente do Clube, teve onze presenças nas competições europeias, vinte e seis treinadores, o que sempre disse e pediu a três Presidentes, nomeadamente para ter paciência com os treinadores. Dirigindo-se ao Presidente da Direção, Rui Rodrigues, pediu para ter paciência com os treinadores, pois isto não é mudar de treinador como quem muda de camisa, não sendo apologista de, de cinco em cinco anos, trocar de Presidente, pois, ao fazê-lo e trocar de treinadores, apenas se está a dar o aval para as coisas correrem mal. Explicou que, naqueles vinte e seis treinadores, quatro deles estiveram no Clube duas vezes, Quinito, Professor Manuel Machado, Paulo Autuori e Marinho Peres. Recordou o facto de, na altura do Dr. Pimenta Machado, este ter deixado o Clube com um passivo de cerca de seis milhões de euros. De 2006 a 2026, o Clube ganhou uma Taça de Portugal, uma Taça da Liga, e teve a infelicidade de descer de divisão. Nesses anos, o Clube ficou duas vezes à frente do seu rival e este ficou dezassete vezes à frente daquele, teve cinco Presidentes, Vítor Magalhães, Emílio Macedo da Silva, Júlio Mendes, Miguel Pinto Lisboa e António Miguel Cardoso, e vinte e sete treinadores. Recordou que, numa Assembleia Geral ocorrida durante o mandato de Miguel Pinto Lisboa, no Estádio D. Afonso Henriques, na altura em que foi contratado o treinador Pepa, pediu para manter este treinador durante pelo menos dois anos, em conformidade com o contrato que fora assinado, tendo aquele prometido que iria cumprir, o que nunca sucedeu. Assim, pediu ao atual Presidente da Direção para não cair na tentação de, ao ver resultados negativos, trocar de treinador. Aludiu ao facto de, desde 2006, o passivo ter crescido um total de sessenta e três milhões, valor que, dividido por cada Presidente, revela que cada um aumentou o passivo em doze milhões e meio, uns mais e outros menos.

Entende que o caminho que o Clube está a caminhar, e se é verdade a circunstância de o passivo se encontrar nos setenta milhões, daqui a quinze ou vinte anos, o passivo estará nos cento e tal milhões e irá acontecer o que aconteceu ao Boavista, ao Vitória de Setúbal ou a outros clubes, cenário que não se pretende que aconteça para o Clube. Pediu ao atual Presidente da Direção para estancar o aumento do passivo, pois, se não aumentar, já é uma coisa muito boa, para depois haver alicerces para se ter melhores equipas, chegar às competições europeias, valorizar jogadores e vender bem, pois só se vendeu bem em virtude da participação na Liga Conferência, e ficar em nono ou décimo no campeonato não valoriza jogadores, pelo contrário, irão desvalorizar. Mais referiu o facto de o clube vizinho ter um presidente há 23 anos e assinalou os seus resultados, pedindo aos associados para darem estabilidade e tempo à Direção, pois não se pode mandar esta embora porque as coisas correm mal. Desejou que o Clube ganhe os primeiros jogos do campeonato, mas, se se tiver a infelicidade de perder um ou dois jogos, a contestação vem logo ao de cima, critica-se, diz-se que é mais do mesmo e continuidade, sendo importante esquecer o que está para trás, os associados é que devem pegar nos números e puxá-los para trás, pois se não olharem para isso vai acontecer uma coisa pior do que aquela que aconteceu há 20 anos, descer de divisão, correndo-se o risco de o Clube acabar. Reforçou o seu pedido ao Presidente da Direção de estancar a ferida relacionada com o passivo do Clube.

De seguida, foi dada a palavra ao associado António Silva Freitas Mata. Saudou todos os vitorianos presentes e, referindo-se aos Estatutos, questionou se seria verdade o ponto um do artigo vigésimo quinto ser inconstitucional, pois o anterior Presidente da Mesa da Assembleia Geral surpreendeu-o no dia do ato eleitoral, dizendo-lhe que esse ponto desse artigo, nomeadamente "*O Presidente da Direcção só pode demitir-se ou ser demitido em Assembleia Geral*", não foi cumprido, questionando desde quando se deixou de ter a hipótese de não cumprir os Estatutos, pois estes são aprovados pelos sócios e têm de ser cumpridos. Referiu terem-lhe dito mais tarde já não ser a primeira vez, e disse para se esquecer isso, pois é passado e vive no presente. Embora não esqueça o passado e desconheça o futuro, disse ter servido o Clube

graciosamente, pois é anterior à SAD, mas a vida tirou-lhe o número que tinha, 1379, e agora é o cinco mil e qualquer coisa, o que é igual, porquanto é sócio do Vitória e não deixará de ser enquanto for vivo. Mais mencionou pretender que os Estatutos que existem e venham a ser mudados nunca deixem de ser cumpridos, pois, caso contrário, estaremos a brincar, como aconteceu desta vez e terá acontecido outras vezes. Dirigindo-se ao Presidente da Direção, Rui Rodrigues, disse ter servido a formação do Clube durante três mandatos de três Presidentes, que a SAD é a SAD, que se há muito dinheiro a ser gasto, a SAD permite isso mesmo, e questionou quando aparecerá o voluntarismo para servir o Clube como deve ser. Afirmou que, se for pedido a um vitoriano para servir, certamente ele irá servir. Disse ser sua opinião pessoal que, na periferia, nos concelhos limítrofes e dentro do próprio concelho de Guimarães, existem muitos jovens, uns no Clube, nomeadamente dois campeões do mundo, dois Nogueiras, um Maga, e são muitos mais, apelando que se dê oportunidade aos jovens da terra e terras vizinhas, pois também sabem jogar futebol.

Terminada a sua intervenção, foi dada a palavra ao associado António João Costa Coelho. Cumprimentou os presentes e, dirigindo-se ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, alertou-o para o cuidado e necessidade de cumprir-se com os Estatutos, nomeadamente no que diz respeito ao Conselho Vitoriano, entendendo ser de bom tom que, após a Direção cessante, o Conselho Vitoriano não deve estar nos novos Órgãos Sociais sem ser eleito em Assembleia Geral. Pediu para transmitir isso às pessoas mais novas, que não conhecem o Clube, pois aprendeu a conhecer o Vitória com Ferreira da Cunha, Valdemar Custódio, António Barreira, João Coelho e José Coelho, sendo essas as suas referências do Clube e sempre lhe ensinaram para, quando as coisas não estiverem bem, ir à Assembleia e transmitir a sua opinião em relação a isso. Ainda relativamente aos Estatutos, referindo-se à Comissão de Revisão dos Estatutos, disse ter enviado para esta há três anos várias opiniões pessoais suas, e questionou se está em vigor, se se demitiu ou se está como o Conselho Vitoriano em funções. Dirigindo-se ao Presidente da Direção, disse não ter votado em si, mas, tendo sido eleito, é o seu Presidente e espera que tenha sucesso, dando-

-lhe o seu apoio. Ao mesmo tempo, disse-lhe não estar a começar bem, pois, numa sessão de esclarecimento em Azurém, na qual foi apresentado o Diretor para o futebol, a Dra. Célia ficou surpreendida por ter dito que o Clube tinha muitos funcionários, sugerindo que, na próxima vez, podia pôr-se no organigrama todas as pessoas que trabalham no Clube, o que fazem, pois gostaria de saber, o seu nome, onde estão. Mais acrescentou que gostava de saber, no que diz respeito à solução que o Presidente da Direção tinha para o défice e para o dinheiro que tínhamos de pagar no fim do mês, quanto iriam custar os três meses que foram adiados para se cumprir com os prazos. Desejou ainda sucesso à Direção.

Logo após, tomou a palavra o Presidente da Mesa da Assembleia Geral e disse pretender respeitar os Estatutos, hoje e enquanto tiver a confiança de todos. Quanto a referências, recordou ter duas referências importantíssimas, Antero Henriques da Silva e Antero Henriques da Silva Júnior, e o pai do associado, que conheceu muito bem. No que diz respeito aos Estatutos, referiu ser um assunto para a Direção, mas respondeu que existe uma Comissão a tratar dos mesmos e sabe que a Direção está a tratar do assunto.

Ato contínuo, foi dada a palavra à Direção, para prestar os seus esclarecimentos. Tomou a palavra o Presidente da Direção, Rui Rodrigues, e, relativamente aos Estatutos, explicou que a data das eleições foi uma data atípica, normalmente em março não ocorrem aqueles torneios, pelo que, efetivamente, houve algumas dezenas ou centenas de adeptos que ficaram impedidos de votar, o que foi mau para todos, embora não pudesse fazer nada em relação a isso, pois as eleições tiveram de ocorrer naquela data. Relativamente à formação, explicou que o objetivo da inclusão do Fernando Meira no projeto foi explicado durante as eleições, havendo uma visão daquilo que é a formação e futebol profissional do Clube, tendo sentido que havia uma carência muito grande daquilo que é a mística do Vitória, pelo que entendeu que faltava uma referência do Clube, dos seus valores e princípios. Aludiu ao facto de se estar a falar de uma pessoa que começou aos sete anos no Clube, e aos vinte ou vinte e um anos era capitão do Vitória, sendo inegável o seu sentimento pelo Clube. Quanto à inclusão do passivo nos Estatutos, explicou que existe uma

Comissão, que se encontra agendada uma reunião para o mês de setembro, com o intuito de dar continuidade à revisão, sendo que as eleições vieram levantar algumas questões que devem ser prevenidas. Disse que ocorrerão sessões de esclarecimento nas quais os associados poderão contribuir para a revisão, e toda a gente terá oportunidade de dar a sua opinião sobre aquilo que entende ser o mais adequado para o futuro do Clube. Respondendo ao associado Manuel Filipe Gonçalves, disse que é factual o passivo ter aumentado, sendo essa a normalidade na atualidade, desde que os ativos acompanhem esse aumento. Acrescentou tal ser uma preocupação da Direção, que irá trabalhar nesse sentido, sendo um dos focos a valorização dos ativos do Clube, que são o futuro e a sustentabilidade do Clube. Relativamente à MSD, disse que havia um acordo, com condições inerentes a esse financiamento, condições que se mantêm, com a taxa de juro inerente a esse financiamento, tendo apenas sido prorrogado o prazo de noventa dias. No que diz respeito à equipa de futebol do Clube, referiu estar a fazer-se tudo por tudo para existir uma equipa competitiva e, embora não prometa lugares classificativos, prometeu que se irá constituir uma família, uma verdadeira equipa, em que todos sentem a camisola e as dificuldades de cada um, de forma a que exista entreajuda e união, sendo isso que promete, pois o dinheiro não é tudo, mas sim o espírito que se cria, não só na equipa de futebol mas em toda a estrutura do Clube, estando a Direção a envidar esforços para unificar cada vez mais aquilo que é o espírito do Clube dentro da sua estrutura, o que ajudará a capitalizar o alcance dos objetivos. Referiu sentir boas vibrações sobre aquilo que é o dia a dia do Clube, que se sente uma diferença e, nesse sentido, prometeu que, independentemente do dinheiro que se possa gastar, a Direção está a ser muito criteriosa naquilo que se pode acrescentar à equipa, entendendo que o trabalho fundamental será trabalhar com o psicológico, com os princípios, valores, mística e cultura do Clube, o que está a ser bem passado aos atletas, sendo que em cada jogo irá sentir-se a camisola.

Nada mais tendo sido declarado, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu por encerrados os trabalhos e por terminada a Assembleia Geral, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da mesa da Assembleia Geral do Vitória Sport Clube.

ATAS

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Vitória Sport Clube,

Luís Filipe de Almeida e Silva

A Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Vitória Sport Clube,

Cláudia Sofia Gomes Moura da Silva

O Secretário da Mesa da Assembleia Geral do Vitória Sport Clube,

Nuno Miguel Xavier Carvalho Ribeiro

O Secretário da Mesa da Assembleia Geral do Vitória Sport Clube,

Francisco Figueiredo Duarte André de Magalhães

Vitória Sport Clube

Orçamento 2026/2027

Ex.mo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral,

O associado abaixo identificado vem apresentar a presente Declaração de Voto, requerendo a V. Exª que a mesma seja recebida, anexada à ata da presente Assembleia Geral e dela faça parte integrante, para todos os efeitos estatutários e legais, por traduzir os fundamentos do sentido de voto que exerceu relativamente ao ponto da ordem de trabalho a que respeita.

O sentido de voto sobre o Orçamento do Vitória Sport Clube para a época desportiva 2026/2027 funda-se na convicção de que o orçamento constitui o principal instrumento de governação financeira, devendo traduzir, com rigor, prudência, transparência e ambição, a concretização quantitativa da estratégia definida para o seu desenvolvimento. Mais do que um exercício contabilístico de previsão de receitas e despesas, o orçamento deve representar um compromisso de gestão orientado para a criação de valor, para a sustentabilidade económica e para a mitigação dos riscos inerentes ao contexto em que o Vitória Sport Clube se insere.

No momento particularmente exigente que o Vitória Sport Clube atravessa, caracterizado por constrangimentos financeiros amplamente reconhecidos e por desafios estruturais que reclamam decisões transformadoras, seria legítimo esperar que o documento orçamental constituísse um verdadeiro instrumento de mudança, refletindo uma visão estratégica clara, prioridades inequivocamente definidas e um plano credível de recuperação e fortalecimento institucional.

Todavia, a proposta de orçamento apresentada revela-se, na sua essência, um orçamento de continuidade, assente na manutenção dos pressupostos que têm caracterizado os exercícios anteriores, sem evidenciar a ambição reformista indispensável para inverter a trajetória económico-financeira do Clube.

Particularmente preocupante é o facto de o documento projetar um resultado líquido negativo que quadruplica o prejuízo já previsto no orçamento da época antecedente, circunstância que, por si só, deveria justificar uma reflexão estratégica mais profunda e a adoção de medidas estruturais de reequilíbrio. Ao invés, o orçamento limita-se a acomodar o agravamento dos desequilíbrios, sem identificar iniciativas transformadoras capazes de alterar de forma consistente a estrutura de custos, diversificar fontes de receita, reforçar a eficiência operacional ou aumentar a capacidade competitiva do Vitória Sport Clube.

Acresce que se verifica uma evidente ausência de correspondência entre o orçamento e a estratégia sucessivamente anunciada pelos órgãos de gestão recém-eleitos, nem se vislumbra a sua execução na competente alocação dos recursos, na definição objetiva e factual de prioridades, metas e indicadores mensuráveis. Quando esta relação de causalidade não se verifica, o orçamento deixa de constituir um instrumento de execução estratégica para se transformar num mero exercício previsional, incapaz de demonstrar de que forma os recursos mobilizados contribuirão para alcançar os objetivos proclamados.

O presente orçamento não evidencia, por isso, um modelo de transformação organizacional compatível com os desafios que o Vitória Sport Clube enfrenta, nem oferece aos associados sinais suficientemente claros de que existe uma estratégia diferenciadora para assegurar a sustentabilidade financeira, reforçar a competitividade desportiva e preservar o património institucional do Clube.

Nestas circunstâncias, o sentido de voto não decorre de uma divergência circunstancial quanto às opções de gestão, mas antes da convicção de que um orçamento deve constituir um verdadeiro instrumento de liderança estratégica, capaz de mobilizar o Vitória Sport Clube para um futuro financeiramente sustentável e institucionalmente mais robusto.

Não sendo esse o caso, entende-se que a proposta apresentada não reúne os pressupostos de ambição, coerência estratégica e criação de valor que devem presidir à aprovação do principal instrumento de planeamento e governação do Vitória Sport Clube.

Sócio nº1994
Viriato Manuel D'Assa Castel Branco Sampaio